



PARECER PRÉVIO Nº 24/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11535/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Manoel Hélio Alves de Paula (Prefeito Municipal)
José Eronildes Nobre Filho (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior – OAB/AM Nº 5851
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4936/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** - Prefeito Municipal de Guajará no período de 1º.01 a 24.04 do exercício 2015, com fundamento nos art. 40, I e art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97;
- 10.2. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas do **Sr. José Eronildes Nobre Filho** - Prefeito Municipal de Guajará no período de 25.04 a 31.12 do exercício de 2015, com fundamento nos art. 40, I e art. 127, da CE/89, e art. 18, I, da LC 06/91 c/c os arts. 1º, I, e art. 29, da Lei 2.423/96, e art. 3º, III, da Resolução TCE 09/97.



PARECER PRÉVIO Nº 24/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- Data da Sessão: 18 de Junho de 2019
13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 24/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11535/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Guajará
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** Manoel Hélio Alves de Paula (Ordenador de Despesa), José Eronildes Nobre Filho (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior – OAB/AM nº 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 4936/2018-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Guajará. Exercício de 2015.

Irregularidade. Multa. Alcance. Inscrição na Dívida Ativa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Guajará no período de 1º.01 a 24.04 do exercício de 2015 de responsabilidade do **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** – Prefeito e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** no valor de **R\$ 6.823,20**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, I, “a” da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelo item 1 do Voto;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo



ACÓRDÃO Nº 24/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** no valor de **R\$ 3.413,60**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, II, "b" da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelos itens 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11 e 2.12 do Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** no valor de **R\$ 6.827,19**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, V da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelas despesas não comprovadas nos itens: 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.2.4, 7.2.5, 7.2.6, 7.2.7, 7.2.8, 7.2.9, 7.2.10, 7.2.11, 7.2.12 e 7.2.13 do Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** no valor de **R\$ 13.654,39**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela



ACÓRDÃO Nº 24/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

Resolução n. 04/2018 pelos itens 3. 10, 11, 13, 14.1, 14.2, 15, 16.1 e 16.3 do Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.6. Considerar em Alcançe o Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** no valor de **R\$ 237.016,91** que devem ser recolhidos no prazo de **30 dias** na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Guajará, fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996, pelas impropriedades 7.2.1, 7.2.2, 7.2.3, 7.2.4, 7.2.5, 7.2.6, 7.2.7, 7.2.8, 7.2.9, 7.2.10, 7.2.11, 7.2.12 e 7.2.13 do Voto;
- 10.7. Julgar Irregular** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Guajará no período de 25.04 a 31.12 do exercício de 2015 de responsabilidade do **Sr. José Eronildes Nobre Filho** - Perfeito e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, III e 25 da Lei 2.423/96;
- 10.8. Aplicar Multa ao Sr. José Eronildes Nobre Filho** no valor de **R\$ 13.654,40**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, I, "a" da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelo item 1 do Voto;
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a" , da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;
- 10.9. Aplicar Multa ao Sr. José Eronildes Nobre Filho** no valor de **R\$ 6.823,20**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da



ACÓRDÃO Nº 24/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, I, "b" da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelo item 16.2 do Voto.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.10. Aplicar Multa ao Sr. José Eronildes Nobre Filho** no valor de **R\$ 1.706,80**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, I, "c" da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelo item 16.2 do Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

- 10.11. Aplicar Multa ao Sr. José Eronildes Nobre Filho** no valor de **R\$ 6.827,19**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, V da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelas despesas não comprovadas nos itens: 7.1.2, 7.2.14, 7.2.15, 7.2.16, 7.2.17, 7.2.18, 7.2.18, 7.2.19, 7.2.20, 7.2.21, 7.2.22, 7.2.23, 7.2.24, 7.2.25, 7.2.26, 7.2.27 e 7.2.28 do Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº 24/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

10.12. Aplicar Multa ao Sr. José Eronildes Nobre Filho no valor de **R\$ 13.654,39**, que deverá ser recolhida no prazo de **30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no art. 308, VI da Resolução n. 04/2002 com redação dada pela Resolução n. 04/2018 pelos itens 3, 4, 5, 6, 7, 11, 13, 14.1, 14.2, 16.1, 16.3 e 16.4 do Voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.13. Considerar em Alcance o Sr. José Eronildes Nobre Filho no valor de **R\$ 255.143,36** que devem ser recolhidos no prazo de **30 dias** na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Guajará fundamentado no art. 304, I, da Resolução TCE 04/2002 c/c art. 53 da Lei nº 2.423/1996, pelas impropriedades 7.1.2, 7.2.14, 7.2.15, 7.2.16, 7.2.17, 7.2.18, 7.2.19, 7.2.20, 7.2.21, 7.2.22, 7.2.23, 7.2.24, 7.2.25, 7.2.26, 7.2.27 e 7.2.28 do Voto;

10.14. Autorizar Inscrição na Dívida Ativa do Sr. Manoel Hélio Alves de Paula e do Sr. José Eronildes Nobre Filho no caso de não recolhimentos das multas e glosas no prazo estabelecido com as devidas correções monetárias (art. 55 da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução TCE 04/02), ficando, desde já, autorizada a DERED a adoção das medidas previstas no art. 175 da Resolução TCE 04/02;

10.15. Recomendar à Prefeitura Municipal de Guajará que:

10.15.1. Observe com o máximo zelo as disposições da Lei Complementar n. 131/2009 – Lei da Transparência;

10.15.2. Observe com cautela a Lei complementar nº 101/2000;

10.15.3. Observe com o máximo zelo a Lei n. 4.320/64, principalmente quanto as fases da despesa pública;

10.15.4. Cumpra rigorosamente os prazos para publicação dos Relatório de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária, conforme determinar a Lei de Responsabilidade Fiscal;



ACÓRDÃO Nº 24/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 24/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.15.5.** Cumpra rigorosamente o prazo para o repasse do duodécimo à Câmara Municipal;
- 10.15.6.** Cumpra rigorosamente os prazos para a remessa de dados à esta Corte de Contas por meio eletrônico;
- 10.15.7.** Mantenha os documentos contábeis na sede da Prefeitura;
- 10.15.8.** Cumpra rigorosamente os prazos para o repasse das contribuições sociais ao ente devido;
- 10.16.** **Dar Ciência** deste Acórdão ao **Sr. Manoel Hélio Alves de Paula** e ao **Sr. José Eronildes Nobre Filho**;
- 10.17.** **Arquivar** o presente autos, após o registro e providências acima, nos termos regimentais.
- 11- Ata:** 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 18 de Junho de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral